



Mário Abrantes
mariowabrantes@hotmail.com

Santa Clara merece mais respeito...

Alguns representantes de interesses bem concretos e alguns cronistas, circunstancialmente desligados ou menos atentos ao interesse das populações, vêm de quando em vez para a ribalta reclamar a necessidade de construir um porto de raiz na orla costeira de Santa Clara, com o propósito de possibilitar, e passo a citar, "...o descongestionamento das cargas do atual molhe e a redução da poluição do mar e do ar nas descargas de cereais e de inertes que se faz sentir com forte intensidade por toda a orla litoral da cidade de Ponta Delgada...", ficando o porto atual apenas com as valências da acostagem dos navios de cruzeiro, da marinha e os pontões de acostagem da pesca. Isso mesmo, caro Leitor. Valha-nos a franqueza, pois nunca um cronista foi tão claro a expor as pretensões daqueles que, como Mário Fortuna (em novembro de 2017) ou José Carlos Cymbron (em abril de 2018), reclamavam também a construção de um molhe de raiz para Santa Clara.

Quem assim escreveu, foi o meu estimado amigo José Gabriel Ávila para este mesmo jornal em 26 de janeiro último. Ou seja, segundo ele, Santa Clara NÃO FAZ parte da cidade de Ponta Delgada e da sua orla litoral, e tem todas as condições para aguentar a poluição do mar e do ar provocados pelas descargas de cereais e de inertes que atualmente se fazem sentir na cidade com origem no atual molhe... E explica porquê: devido ao facto de Santa Clara "...já ter sido o berço da maior zona industrial da cidade, estando a maioria desses equipamentos atualmente desativados, e sendo esse espaço o mais adequado à armazenagem de combustíveis e para áreas de parqueamento de contentores..." . Mais uma vez, valha-nos a franqueza.

Só há aqui um "pequeno" problema que ao meu amigo José Gabriel Ávila parece ter escapado. É que Santa Clara FAZ parte da cidade, é uma das suas freguesias e integra uma parte da sua orla marítima, que até já tem projeto de ordenamento para passeio e lazer (tal como aconteceu em S. Roque). Onde antes existiam fábricas, matadouros e parques de combustíveis, a malha urbana estendeu-se e agora habitam pessoas de cidadania plena que lutam por melhorar, e nalguns casos conseguem (como aconteceu com os depósitos de combustível da Bencom), as suas condições de vida e de habitabilidade e por isso mesmo se constituíram há mais de 16 anos como freguesia.

No preâmbulo do Decreto Legislativo Regional que criou a freguesia de Santa Clara dizia-se a certo passo "...assiste-se à degradação progressiva de áreas específicas e periféricas da freguesia (então S. José), densamente povoadas, que ao longo dos anos têm vindo a ser sucessivamente preteridas e subavaliadas do ponto de vista urbano, do desenvolvimento e da criação de condições e qualidade de vida aceitáveis."

É pela criação de condições e qualidade de vida aceitáveis para quem nela reside e transita que a freguesia trabalha. Décadas de poluição e perigosidade foram finalmente interrompidas com a saída dos depósitos de combustível da sua orla costeira. Os sempre reivindicados melhoramentos urbanos e da sua rede viária têm vindo a executar-se com alguma continuidade, seja pelo Governo seja pela Câmara Municipal, podendo já hoje dizer-se que Santa Clara está a recuperar do ostracismo e dos atrasos a que estava sendo votada há muitos anos. Este é um caminho para prosseguir...

Não para Ávila, pois para ele o novo porto a construir em Santa Clara destinar-se-ia então a remeter para esta freguesia todo (e só) o trabalho "sujo" que infelizmente um porto comercial acarreta, deixando para uma imensa e subutilizada doca apenas as valências ditas nobres, além da pesca que inicialmente, como reclamava o saudoso Jorge Nascimento Cabral, se pretendia retirar também do molhe atual (sem justificação alguma, como se comprovou).



J. Chrys Chrystello*

Os malefícios da hospitalidade e do turismo nos Açores

Tem sido anunciada com grande pompa e circunstância a construção de vários hotéis nos Açores (a maioria em São Miguel, e mais recentemente, na cidade da Ribeira Grande, que bem carecia de alguns, talvez, mas tantos não!).

As ilhas, cujo défice é ciclicamente lembrado pelo tribunal de Contas, vão de vento em popa cavalgando a onda do turismo que desde há 3 ou 4 anos passou a ser o seu motor económico e, até o governo regional anunciou ultimamente um aumento nos cursos de formação hoteleira, mas a realidade é a mesma de há 15 anos com pequenas nuances e muito poucas melhorias.

Serviço mau ou inexistente continua a ser a constante. Ainda há dias entrei numa esplanada da marginal, quase vazia ao contrário do que é habitual. Dirigi-me ao balcão enquanto 3 ou 4 funcionários cirandavam, para a frente e para trás, e passaram-se seguramente 4 ou 5 minutos até que uma delas, displicentemente, se dignou vir ao balcão indagar o que o intruso pretendia. Como é habitual, haja ou não movimento, o serviço é lento, muito lento..., mas acabou por chegar. Devagarosamente, degluti um bolo, tomei um café, bebi a minha água fresca e os bolos que pedira para embrulhar e levar tardavam em chegar. Politicamente incorreto fui à esplanada fumar um cigarro e quando vim, tive de voltar ao balcão para relembrar os bolos. Nota positiva desta visita semanal, desta vez ofereceram-me a garrafa de água acompanhada de um copo.

Nos restaurantes, snack bar, cafés e esplanadas a cena é idêntica e nada a distingue da displicência com que eu era servido há 15 anos quando cheguei aos Açores e não havia turismo. O serviço sempre, de uma forma geral (as exceções são poucas) mau e lento. E em muitos casos, caro para a média portuguesa, muito caro para a média açoriana (inferior à nacional), como se todos quisessem ganhar a dobrar nos meses mais quentes para compensar o que não ganham nos meses outonais e inverniais.

Mas a culpa não é dos desgraçados dos jovens, muitos deles licenciados sem saída neste pequeno mercado de trabalho açoriano. A gula pelo lucro exorbitantemente desmedido, é a pedra de toque de todos estes "empresários" da restauração, sempre a queixarem-se da falta de pessoal ou do desempenho do mesmo, mas incapazes de investir ou propiciar condições de formação profissional adequada, escudando-se em leis de trabalho, tabelas de vencimentos e desculpas mil. Queixarem-se sabem eles fazer, contra as alcavalas de impostos, taxas e tachinhas que o governo lhes impõe, enquanto magicam novos truques para que os sistemas de contabilidade não declarem ao fisco tudo o que transita pelas máquinas registadoras. Mas o que eles sabem fazer melhor é obrigar os funcionários a trabalharem horários incomportáveis, mais apropriados ao Bangladesh, com excesso de horas não-remuneradas nem compensadas, trabalhos em dias de folga, feriados e outros excessos, sempre sob a chantagem de despedimento, de deduções nos vencimentos, usando e abusando de trabalho à experiência (muitas vezes não-remunerada ou mal remunerada), em pagamentos não-declarados ou subdeclarados.

Por estas e mais mil e uma razões, que aqui poderia apontar (já nem vou falar da falsificação dos vinhos e da carne), continuo a dizer que a bolha do turismo (aproveitando as crises na África subsaariana e noutros locais) um dia estourará e teremos hotéis de luxo vazios, mais gente inqualificada e sem formação adequada no desemprego. Veremos as esplanadas vazias e pouco ou nada se terá aproveitado desta oportunidade única de criar uma massa de trabalhadores bem formados e qualificados de que os governantes sempre falam nos seus programas.

Mas não é só a formação profissional apropriada que falta, é a formação dos "empresários" muitos deles com baixas qualificações literárias e profissionais, incapazes de se adaptarem ao século cibernético em que vivemos. Sem uma mudança radical nas mentes e nos processos, os Açores continuarão na cauda do país e da Europa, com uma produtividade muito baixa e inovação incipiente, mas com "empresários" satisfeitos (por enquanto) pelo acumular de lucros nas suas contas. As vacas magras hão de regressar, mas a oportunidade desta galinha de ovos de ouro terá sido irremediavelmente perdida.

*Jornalista [MEEA]/AJA (Australian Journalists' Association-Membro Honorário Vitalício n.º 2977131, 1983-2018) carteira profissional AU3804]